

Brasil pode ter que negociar

Este deve ser o único caminho para tentar garantir os US\$
direto com bancos

Bracher acha que FMI não nega aval

O presidente do Banco Central, Fernando Bracher, disse ontem que será "uma grande decepção" o Brasil ter que retomar a renegociação da dívida com os bancos credores sem o aval do Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo Bracher, o FMI deve fazer parte da renegociação, até para "cumprir as funções para as quais foi criado, como a de intervir nos casos de desequilíbrio temporário do balanço de pagamentos dos países membros". Observou ainda que o presidente José Sarney já indicou que o Brasil "fez a sua parte" no ajuste das contas externas e, agora, espera que os credores também ajudem na busca de soluções de pontos divergentes da rolagem da dívida externa do País.

Para chegar ao acordo com os bancos credores, com "o referendo do FMI", segundo Bracher, o Brasil mantém o ajuste externo acima "das expectativas iniciais". Em contrapartida, apesar de não esperar "nada de espetacular", o presidente do Banco Central disse que a assembléia anual do FMI/Banco Mundial, em Seul, na Coreia do Sul, no próximo dia 8, servirá para que toda a comunidade financeira internacional avalie o processo de ajuste econômico nos dois países devedores e reflita sobre as novas alternativas de rolagem dos compromissos externos e que respeitem "as peculiaridades de cada país".

Em termos práticos, o encontro de Seul deve resultar no aumento da participação do Banco Mundial nos créditos aos países em desenvolvimento; no posicionamento favorável dos governos dos países desenvolvidos para a solução da crise financeira com a suspensão de restrições legais nos aspectos fiscais e operacionais dos bancos credores e na reavaliação do que ocorreu de bom e de ruim desde 1982. "Naquele ano, a assembléia do FMI em Toronto foi marcada pela crise dos grandes devedores e seus reflexos em toda

16 bi que vencem em 17 de janeiro

a comunidade financeira; este ano, o FMI deve repensar a realidade de que nem tudo está tão ruim como em 1982 e nem tão bom como se imaginou em 1984", observou Bracher.

"Mais importante do que todas as discussões será o exame da realidade" — reiterou o presidente do Banco Central, ao insistir que não espera medidas concretas da reunião de Seul. Explicou ainda que o Brasil tem o maior interesse em ver o FMI "funcionar bem", na qualidade de país membro e devedor que busca a ajuda do fundo para renegociação consistente e realista da dívida externa: "O Brasil não tem grandes divergências com o FMI. Ambos têm diagnósticos e medicações semelhantes para os desequilíbrios da economia brasileira. A divergência fica mais restrita à velocidade de ajustamento, já que o Brasil tem a peculiaridade da economia indexada".

Bracher embarca hoje à noite para Tóquio, onde fará palestra no Clube dos Banqueiros, na próxima terça-feira. Depois de visitar os grandes bancos japoneses, o presidente do Banco Central seguirá na sexta-feira da semana que vem para Seul, onde já deverá estar o ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Nova Iorque — O governo brasileiro deverá procurar diretamente os bancos credores para tentar garantir os 16 bilhões de dólares de créditos comerciais e interbancários que vencem até 17 de janeiro, caso não obtenha a reabertura das negociações sobre a dívida externa até o final da reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, no início do próximo mês, de acordo com a expectativa manifestada por banqueiros ligados ao comitê de assessoramento após o impacto do discurso do presidente José Sarney na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, no início da semana.

Sem a renovação das linhas de curto prazo que financiam o comércio externo e dos depósitos interbancários em bancos brasileiros no exterior, o País não teria alternativa senão estatizar pelo menos parte de seus sistema bancário, adotando restrições cambiais às importações para não perder todas as reservas em poucas semanas e ainda enfrentando sérios problemas com suas exportações, de acordo com a avaliação destas fontes, mais do que nunca reticentes em dar declarações à imprensa brasileira. O coordenador do comitê de assessoramento dos banqueiros, William Rhodes, não quer falar, e assessores do Citibank, onde ele é vice-presidente, dizem que a hora não é propícia a entrevistas.

Entre os bancos de médio porte, entretanto, nota-se além da preocupação com o endurecimento brasileiro, após o pronunciamento de Sarney, alguma disposição para procurar contato diretamente com as autoridades em Brasília, passando por cima não só do comitê de assessoramento, mas principalmente do FMI. De acordo com o chanceler da Venezuela, Simon Consalvi, executivos de alguns bancos americanos já procuram aproximar-se dos governos de países membros do Grupo de Cartagena, demonstrando não só interesse em sondar a alternativa de negociação direta mas, também, receio de uma nova crise financeira internacional semelhante ao "Setembro negro" de 1982.

REFLEXÃO

Membros da comitiva do presidente Sarney, que estiveram aqui até quarta-feira à noite, asseguram que ninguém vai recusar pedidos de audiência da parte dos banqueiros, inclusive porque estes contatos são parte da rotina das autoridades econômicas. Mas garantem que não está nos planos brasileiros fazer novos avanços neste momento, antes que o governo

norte-americano e o Fundo Monetário Internacional tenham "algumas semanas" para refletir sobre a proposta "bastante clara" que foi deixada pelo chefe do Governo. "A bola agora está com Washington, e se não houver nenhuma manifestação até a reunião de Seul (Coreia do Sul), nós vamos ver o que acontece" — advertiu um funcionário do governo brasileiro.

Pouca coisa pode realmente ocorrer, embora se saiba que a preocupação dos banqueiros credores com o "protesto latino" não se limita ao distrito financeiro de Nova Iorque, sendo até mais evidente nos escritórios dos departamentos de Estado e do Tesouro, em Washington. Ali estuda-se um plano de ampliação dos empréstimos e das garantias de crédito concedidos pelo Banco Mundial, como forma de aliviar um pouco as críticas latino-americanas contra a recessão decorrente dos ajustes do FMI combinados com elevados pagamentos de juros externos. Mas este movimento do lado dos países ricos, que deveria ser anunciado na reunião de Seul, já recebe fortes críticas antes mesmo de sua formalização.

Não passou despercebida aos banqueiros a declaração do chanceler Olavo Setúbal à imprensa brasileira, dizendo que uma even-

tual ampliação dos empréstimos do Banco Mundial não atende de forma alguma à proposta de discussão global do endividamento a partir também do enfoque político (isto é, entre governos dos países devedores e dos Estados Unidos). Na realidade, todo mundo sabe muito bem do que se trata, apesar da linguagem diplomática que ainda se utiliza para denunciar a situação: o que os governos do Brasil, México, Peru e outros países querem é nada menos que incluir os pagamentos de juros da dívida externa no reescalonamento até agora limitado às amortizações do principal.

Aceitam até mesmo o monitoramento do FMI até o final do século ou mais, em alguns casos, desde que na base dos programas de ajustamento de suas economias não exista o pressuposto de que devem gerar anualmente fantásticos saldos em suas balanças comerciais com o único objetivo de pagar quase 30 bilhões de dólares anualmente aos bancos credores sob a forma de juros, como vem ocorrendo nos últimos anos. Quando o presidente Sarney diz que continuará fazendo o ajuste da economia da forma que interessa ao povo brasileiro, está mostrando que se dispõe, como de resto os demais governos da região, a buscar a redução da inflação através da contenção do déficit público e limitação de gastos governamentais.

COMO FAZER?

Este é o entendimento também destas fontes da área financeira consultadas após o discurso do Presidente, embora duvidando que um ou outro governo latino-americano não venha a financiar sua própria reeleição às custas da explosão do déficit público, se algum dia ficarem livres da vigilância dos economistas do FMI. Argumentam que o problema não é tanto o FMI em si, cuja política de reestabilização econômica não passa da execução de ordens recebidas dos EUA e demais países industrializados do Ocidente, mas sim da dis-

posição norte-americana para aceitar menores retornos de empréstimos feitos por seus bancos comerciais aos países do Terceiro Mundo. Lembram que a América Latina está devendo 360 bilhões de dólares não é sem motivo.

“Quando não desviaram o dinheiro para a corrupção na época dos militares, usaram-no para montar uma infra-estrutura industrial que atualmente está dando grandes lucros, inclusive competindo vigorosamente com a própria indústria americana” — observa um executivo em Manhattan, com negócios na América Latina e Caribe, refletindo o pensamento predominante. Pelo que se conhece das propostas feitas até agora, os governos latino-americanos não repudiam a dívida, mas apenas querem ter a chance de não serem derrubados ou varridos do cenário político nas próximas eleições pelo fato de não poderem promover a retomada do crescimento econômico devido à pesada transferência de renda ao exterior, sob a forma de juros. Com isso a questão passou às mãos do governo americano, já que os bancos pouco podem fazer.

“Não podemos deixar de receber os juros, sob pena de violarmos a legislação bancária” — argumenta este executivo, batendo na mesma tecla. Se os juros deixassem de ser recebidos por mais de três meses, ou à época de cada balancete trimestral, teriam que lançar os valores correspondentes como créditos de recebimento duvidoso, para os quais a legislação os obriga a fazer provisões antecipadas, que saem dos lucros — ou seja, as cotizações de suas ações viriam abaixo nas bolsas e os próprios executivos perderiam mais do que o emprego. A única saída que vêem é de ordem política, com o governo norte-americano entrando em cena para mudar a legislação e permitir soluções “fora dos mecanismos de mercado”, exatamente como está propondo o presidente José Sarney.